

LIVROS DIDÁTICOS DE ALFABETIZAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS: CRITÉRIOS 2010 EM ANÁLISE

THAISE DA SILVA (UFRGS).

Resumo

Este estudo pretende colocar em suspeição os discursos e as representações referentes à alfabetização e ao letramento apresentados nos critérios definidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Tais critérios visam à avaliação dos materiais produzidos pelas editoras para serem aprovados pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) e distribuídos a partir do ano letivo de 2010, nas turmas de alfabetização do Ensino Fundamental de Nove Anos (EFNA). Para a realização de tal estudo, contou-se com os aportes teóricos dos Estudos Culturais, em suas perspectivas pós-estruturalista e pós-moderna, fazendo uso de uma análise textual e discursiva. Os documentos referentes aos critérios que servem de base para a elaboração dos livros didáticos, foram divulgados na página do MEC, sendo que aqueles que forem aprovados pelo MEC, farão parte do catálogo daqueles que posteriormente poderão ser escolhidos e distribuídos às escolas de todo o Brasil. Assim sendo, esse documento, referente aos critérios de produção e escolha dos livros didáticos de alfabetização, definidos para a nova estrutura do ensino fundamental, permite examinar como os discursos que envolvem as práticas de aquisição e uso da leitura, da escrita e da oralidade são constituídos e se tornam hegemônicos a ponto de produzirem o que é tido como verdade durante um momento histórico definido, subjetivando professores, alunos e práticas escolares e constituindo, assim, uma certa representação de sujeito alfabetizado e letrado.

Palavras-chave:

Crériterios do PNLD, Livros didáticos de alfabetização, EFNA.

Introdução

Neste trabalho, analiso o *Edital de Convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2010*. Este documento regulamenta a forma de inscrição e o que deve constar ou não nas obras que serão elaboradas pelas editoras e postas em análise pelo MEC para serem avaliadas e distribuídas nas escolas no ano de 2010, para todas as disciplinas do Ensino Fundamental. Embora este material seja uma rica fonte de busca de dados, pois descreve desde como deve ser a inscrição das editoras no processo, passando pelo *layout*, critérios de aprovação e eliminação dos materiais... Para esta análise, ficarei restrita às páginas 51 à 57 deste documento, onde são apresentados os princípios da área de língua portuguesa, critérios para avaliação/seleção dos livros desta área. Opto por desenvolver uma análise, tendo por base este material, pois pretendo, através dele, identificar quais os discursos circulantes com relação aos processos de alfabetização que

estão sendo constituídos na atualidade e legitimados através do órgão máximo responsável pela educação no Brasil, o Ministério da Educação e Cultura – MEC.

Cabe ressaltar que as análises aqui apresentadas terão por base os Estudos Culturais, tendo como material de exame o *Edital de Convocação 2010 para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2010*. Este, dentro deste campo teórico é tomado como um artefato cultural que cristaliza discursos e formas de ver e pensar a realidade de uma determinada época.

Quanto aos Princípios: Construindo Discursos

Nas primeiras páginas da seção *Língua Portuguesa do Edital de Convocação 2010*, são apresentados os princípios de cada área do conhecimento, seguido dos critérios a serem utilizados pelos julgadores para a aprovação dos livros que serão enviados para as escolas para serem escolhidos e, posteriormente, adotados pelos professores para ser utilizados durante três anos em suas turmas. Na seção referente aos *Princípios Gerais* já se pode perceber a presença de alguns discursos circulantes e constituidores da forma de pensar do MEC com relação à área da alfabetização. Se em épocas anteriores os livros destinados às classes de alfabetização tinham a função de ensinar a técnica de domínio da escrita (alfabetização), este conceito torna-se mais abrangente no material de 2010, pois há uma preocupação com a utilização social dada ao domínio desta técnica (letramento) e há a incorporação do quesito oralidade e valorização da diversidade lingüística presente no nosso país (sociolingüística). Os recortes abaixo dão noção do que estou descrevendo:

Considerando-se as demandas de comunicação lingüística inerentes à vida em sociedade, assim como as recomendações expressas por diretrizes, orientações e parâmetros curriculares oficiais, o ensino de língua materna, nos cinco primeiros anos do novo ensino fundamental, deve organizar-se de forma a garantir ao aluno:

1. o desenvolvimento da linguagem oral e a apropriação e o desenvolvimento da linguagem escrita [...];

2. o pleno acesso ao mundo da escrita e, portanto,

_ o domínio da escrita alfabética e a proficiência em leitura e escrita, no que diz respeito a gêneros discursivos e tipos de texto representativos das principais funções da escrita em diferentes esferas de atividade social;

_ a fruição estética e a apreciação crítica da produção literária [...];

_ o desenvolvimento de atitudes, competências e habilidades envolvidas na compreensão da variação lingüística e no convívio democrático com a diversidade dialetal [...];

_ o domínio das normas urbanas de prestígio¹, especialmente em sua modalidade escrita, mas também nas situações orais públicas em que seu uso é socialmente requerido;

_ a práticas de análise e reflexão sobre a língua [...]. (BRASIL,2008, p.51)

Ao analisar esses fragmentos que compõem esse documento, que teria como objetivo auxiliar as editoras a elaborar um livro didático de qualidade, para se aprovado e posteriormente oferecer uma gama de livros para que possa auxiliar o professor na “livre escolha” do livro didático, pode-se notar que se trata de uma escolha que passa por uma “orientação prévia”. Foucault (2007) usa a palavra “interdição” para definir quem pode falar, o que pode ser dito e em que circunstância. Lendo esse material, é possível perceber que as editoras que quiserem que seus livros sejam aprovados terão que se adaptar à ordem do discurso vigente nesse momento em nossa sociedade. Percebe-se com o uso frequente das palavras autonomia, crítico, letrado, função social da leitura e escrita que a metodologia “indicada” para atender às exigências dos avaliadores dos livros do PNLD conduz à seleção daqueles que têm uma perspectiva construtivista e que considerem os aspectos referentes ao letramento.

A partir dessas descrições, é possível perceber como se dão as regularidades discursivas que fazem com que um discurso passe a se constituir como verdade. Nesse caso, acabam se legitimando que métodos de alfabetização são tidos como os melhores, podendo ser divulgados por todo o país com o crivo de um órgão respeitado como o MEC.

Neste momento, é importante salientar que para Foucault (apud VEIGA-NETO, 2007:90-91) a linguagem é constitutiva do nosso pensamento e, conseqüentemente, do sentido que damos às coisas, às nossas experiências e ao mundo. Em outras palavras, é pela linguagem que damos sentido ao mundo. Tomando como referência esse conceito, o discurso passa a ser pensado não mais como aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas “aquilo por que, pelo que se luta”, o poder do qual nos queremos apoderar.

É evidente que a escolha dessa metodologia não acontece por acaso, mas sim como resultado do que Foucault chama de práticas não-discursivas (VEIGA-NETTO, 2007:48), que seriam as condições econômicas, sociais, políticas e culturais que fazem com que um discurso se estabeleça e tenha o poder de dizer o seu saber, fazendo com que este se constitua em um regime de verdade.

Fazendo um retrospecto dos métodos de alfabetização, percebo que cada um teve uma época em que era visto como “o melhor”, o “mais verdadeiro”. Marzola (2003) nos sugere que as implicações atribuídas à alfabetização, produzida como ação de ensinar a leitura e a escrita, fez com que essa questão se tornasse fundamental para o governo das populações, pois, de acordo com as concepções da escola da modernidade, a alfabetização marcaria a fronteira entre a “humanidade” e a barbárie. Sendo assim, a busca pelo método mais eficiente tornou-se uma das maiores preocupações e um objetivo a ser alcançado pelas pesquisas e ações no campo da educação. A autora pensa que:

O modismo, com a supervalorização da ‘última novidade’ em matéria de método e com os constantes *revivals*, que dão novas roupagens ao antigo, instituiu-se como uma prática habitual, reguladora de expectativas e esperanças. Assim, a expectativa por um método de alfabetização que resolva definitivamente os problemas ligados à aprendizagem da leitura e da escrita e que, ademais, alcance os resultados esperados da ação alfabetizadora [...] cria e define um lugar de busca permanente por novos métodos. (MARZOLA, 2003, p. 210)

Essa substituição constante dos métodos tem relação direta com o discurso da modernidade, cuja base é a noção de progresso científico que produz o mais recente como o mais avançado, desvalorizando o anterior para colocar outro em seu lugar, tido como mais verdadeiro. Bauman (2001) afirma que a modernidade se constituiu dentro dessa prática de substituição da velha ordem, tida como defeituosa, por uma nova ordem tida como “melhor”.

Ao que parece, as tendências – psicogenéticas e a do letramento – são as que mais se fazem presentes na seção que faz menção aos princípios que devem reger o ensino da Língua Portuguesa em nosso país, não havendo menção a outras formas metodológicas de ensino/aprendizagem da língua.

Quanto aos Critérios Classificatórios e Eliminatórios

Dando seqüência ao documento que evidenciam a lógica a ser seguida para a elaboração dos livros didáticos são apresentados os critérios classificatórios, e por consequência eliminatórios, da área de português.

Estes critérios se subdividem em dez, tratando os pormenores de cada área do conhecimento dentro da alfabetização. Os *Crítérios relativos à coerência e pertinência didático-metodológicas* apresentam como itens necessários a sua classificação explicitar de forma clara e correta as concepções de língua/linguagem e ensino com que se está trabalhando, assim como os princípios metodológicos que os regem, sabendo propor atividades e operá-la de forma adequada. Este item prega que se trabalhe desenvolvendo as capacidades e competências inerentes à leitura e à produção de textos escritos e à compreensão e produção de textos orais e ainda incentiva o uso de mais de uma metodologia durante o processo de alfabetização e justifica este arranjo metodológico como sendo particularmente necessário no caso dos livros destinados à alfabetização. O professor, dentro desta lógica é descrito como devendo agir dentro de um “contexto interativo professor-aluno e requer do professor, entre muitas outras, o exercício da função de mediador da aprendizagem, o LDP (Livro Didático de Português), como elemento que pode contribuir para esse processo dialógico, deve pautar-se por diretrizes metodológicas compatíveis (BRASIL, 2008:53)”. Mais uma vez as metodologias sociointeracionistas são inferidas com sendo as mais viáveis para serem utilizadas dentro do contexto de utilização dos livros didáticos.

Já os *Crítérios relativos à correção dos conceitos e informações básicas* enfatizam a necessidade de, com o intuito de desenvolver práticas de linguagem, recorrer a informações e conceitos, capazes tanto de desenvolver as capacidades necessárias à proficiência escrita e oral, quanto de conduzir o aluno a refletir sobre fatos de linguagem, estando estes conceitos isentos de erros; além disso, “é importante que o LDP apresente conceitos, informações e procedimentos de uma forma estreitamente articulada ao processo de desenvolvimento das capacidades exigidas na leitura compreensiva, na produção de textos e no exercício da oralidade (BRASIL, 2008:54)”.

Quanto aos *Crítérios relativos à construção da cidadania* salienta-se idéia de que o LDP deve contribuir para a construção das condições necessárias ao convívio democrático, respeitando a diversidade e o pleno exercício da cidadania, através do

estímulo à tolerância, do respeito e interesse; colaborando para a construção de valores e atitudes compatíveis.

Os *Critérios relativos à alfabetização* enfatizam:

- _ a organização de práticas pertinentes e adequadas de letramento, que levem o aluno a conviver com diferentes funções da escrita;
- _ a compreensão dos princípios que regulam a escrita alfabética;
- _ o desenvolvimento da fluência na leitura e na escrita. (BRASIL,2008:54)

Amplia-se, assim, a forma como se pensa o processo de alfabetização, fazendo com que a leitura deixe de ser só a interpretação de códigos, mas passe também a contemplar contextos e usos. A respeito disso, Street (2008:52) comenta que “a ampla variedade de práticas de letramento deixa bem claro que não há apenas uma, mas várias formas de fazer leitura; não há apenas um letramento, mas vários letramentos”.

Dessa forma, Street (2008) pretende mostrar que mesmo que os gêneros textuais estejam presentes nos livros e outros materiais de uso didático e tragam benefícios às aprendizagens escolares, uma vez que as crianças percebem sentido nas suas atividades de aquisição do código escrito, deve-se ter cuidado de não pedagogizar essas práticas, uma vez que, como nos lembra Trindade (2004b), tanto o alfabetismo escolar (baseado num modelo autônomo) quanto o alfabetismo funcional (baseado num modelo ideológico) são produtos de práticas culturais e, portanto, ambos são pedagogizados, diferenciando-se apenas em função das esferas em que isso ocorre. Portanto, ao se defender a máxima “alfabetizar letrando”, por meio da utilização de gêneros textuais do cotidiano em práticas escolares, criando dentro da sala de aula situações que levem os alunos a fazerem uso de gêneros textuais e práticas discursivas presentes no contexto social, está-se homogeneizando/pedagogizando os vários tipos de letramentos/gêneros, ou seja, escolarizando-os, fazendo com que muitas vezes cartas virem composições sem sentido, poemas sirvam para estudos gramaticais, e assim por diante, perdendo o sentido inicial a que se propuseram.

Trindade (2004a) ainda chama a atenção para o fato de que as práticas discursivas moldam nossas maneiras de constituir o mundo, de compreendê-lo e de falar

sobre ele. Assim, o *Edital de Convocação 2010*, através das metodologias inferidas como sendo as melhores e que recebem a indicação do MEC, via chancela para os livros de alfabetização que as utilizam, acaba por vincular uma ordem discursiva que pode vir a ser tomada como verdade pelos professores de sala de aula que acabam reconhecendo-a e tomando-a como oficial. Ao adquirir os livros didáticos distribuídos pelo Governo Federal, estamos contribuindo para a formação de um determinado tipo de aluno que, de acordo com a descrição do material, deve ser autônomo, crítico, trabalhar com a diversidade, dentre outras “qualidades” de um sujeito que vive na contemporaneidade. É importante lembrar que a entrada de determinado tipo de discurso que “defende” determinado tipo de metodologia não se dá de forma tranquila e harmoniosa; ao contrário, são travadas “lutas conceituais” para ver quem tem o poder de dizer a “verdade” naquele determinado momento.

Assim, a verdade sobre a melhor forma de alfabetizar nossas crianças, presente no material que analiso, estabeleceu-se dentro de um contexto histórico e social determinado que produz saberes que se organizam e vêm a atender a uma vontade de poder.

A diversidade de gêneros textuais e como trabalhar com eles também são tratados neste documento. A seção *Critérios relativos à natureza do material textual*, pondera que os textos contidos no Livro Didático de Português devem constituir-se como um instrumento eficaz de acesso do aluno ao mundo da escrita, sendo representativos da sua diversidade e heterogeneidade, devendo ser variáveis no que diz respeito a registros, estilos e variedades (sociais e regionais) do Português. A partir da leitura desse material, pode-se entender que ocorrem exigências no documento do MEC de contemplar a diversidade de gêneros, seus usos sociais e os portadores que aí devem estar presentes. Segundo Street (2008), a multimodalidade (que situa a produção escrita no contexto de outros modos, podendo ser visual, oral, cinestésico,...) e os multiletramentos (signos cotidianos e usos do letramento em contextos culturais específicos) devem ser contemplados na escolarização do letramento, devendo os professores estar cientes disso durante o processo de alfabetização.

A tendência de levar para dentro da sala de aula situações que visam imitar práticas “reais” de uso do código escrito tem sido ampliada frente ao diagnóstico de que muitas pessoas se alfabetizam, mas não são capazes de fazer uso desse código para

resolver situações do seu cotidiano. Levar para dentro da escola, via livros didáticos, os diversos gêneros de uso cotidiano da leitura e escrita passa a ser tido como uma forma de superar esse problema, além de dar às práticas de alfabetização um sentido mais próximo do que como se apresenta no cotidiano. Street (2008:221) assim reflete sobre essas práticas sociais: “[...] a crescente evidência de que na vida cotidiana as pessoas usam a escrita numa ampla variedade de propósitos e de maneiras diversas, inclusive em diários, cartas, notas e memorandos e nas observações sobre a vida social nos seus arredores.”

Os *Critérios relativos ao trabalho com o texto* chamam a atenção para a necessidade de haver uma diversidade de estratégias para que possa ser desenvolvido um trabalho de qualidade. No que se refere à leitura enfatiza que as atividades de exploração do texto têm como objetivo o desenvolvimento da proficiência em leitura e para isso deve haver uma interlocução leitor/autor, situando a prática de leitura em seu universo de uso social; além disso, devem propiciar a reconstrução dos sentidos do texto pelo leitor, não se restringindo à localização de informações; explorar as propriedades discursivas e textuais se utilizando de instrumentos metodológicos adequados e desenvolver estratégias e capacidades, tanto as envolvidas nos gêneros propostos quanto as inerentes à proficiência que se pretende levar o aluno a atingir. Já no que se refere à produção de textos escritos, este documento propõe que as propostas de produção de texto devem visar ao desenvolvimento da proficiência em escrita, sendo necessário o desenvolvimento de um trabalho que propicie explorar a produção de gêneros diversos enfatizando o uso social da escrita, evitando o exercício descontextualizado ou com objetivos exclusivamente escolares; abordar a escrita como processo, que envolve planejamento, produção, revisão e reescrita e discutir as características lingüísticas, discursivas e textuais dos gêneros propostos. Silveira (1991) salienta que foi a partir da década de 80 que surge a necessidade de se trabalhar com o prazer de ler e a produção de textos com uma função próxima do real. A isso ela denomina “discurso renovador da leitura e da escrita”.

Os *Critérios relativos ao trabalho com a oralidade* também são apresentados neste documento. As salas de aulas repletas de alunos calados, onde ouvir prepondera sobre o falar parece ter sido desestimulada. Segundo o documento: “a linguagem oral,

que o aluno chega à escola é instrumento por meio do qual se efetivam tanto a interação professor-aluno quanto o processo de ensino-aprendizagem” (BRASIL, 2008, p.56)

Terzi (1995, p. 92) explica que a escola poderia se valer deste conhecimento referente à linguagem oral como apoio para que os estudantes compreendam melhor o funcionamento da escrita. O *Editais de Convocação 2010* supera esta visão dicotômica e propõe uma *nova forma de pensar a linguagem oral e escrita, unindo uma a outra*.

Quanto aos *Critérios relativos ao trabalho com os conhecimentos lingüísticos* o documento sugere às editoras que esta área do conhecimento deve ter como objetivo levar o aluno a refletir sobre aspectos da língua e da linguagem relevantes tanto para o desenvolvimento da proficiência oral e escrita quanto para a capacidade de análise de fatos de língua e linguagem. Logo os conteúdos e atividades relativos a esta área devem justificar-se pela contribuição que possam dar à leitura, à produção de textos e à linguagem oral, especialmente os relativos ao ensino da gramática; estar relacionados a situações de uso; considerar e respeitar as variedades regionais e sociais da língua, promovendo o estudo das normas urbanas de prestígio nesse contexto sociolingüístico; subsidiar as demais atividades com um aparato conceitual capaz de abordar adequadamente a estrutura, o funcionamento e os mecanismos característicos dos diferentes gêneros de textos; abordar os conhecimentos relativos às convenções da escrita, como a pontuação e a paragrafação, articulando-os com a produção de textos; contemplar o ensino-aprendizagem das regularidades ortográficas e também das principais irregularidades e estimular a reflexão e propiciar a construção dos conceitos abordados.

Além dos itens acima descritos são apresentados neste documento outros dois: *Critérios relativos ao Manual ou Livro do Professor e Critérios relativos aos aspectos editoriais e gráficos*. Opto por não abordar estes dois últimos aspectos devido a estes serem mais técnicos e fornecerem poucos elementos para o que pretende o objetivo deste trabalho.

Conclusão

O que busquei com este trabalho foi averiguar quais os critérios que “organizam” os livros destinados à alfabetização, que serão aprovados pelo PNLD, para,

a partir deles, estudar a emergência de um discurso e proceder à análise histórica das condições de possibilidade dos discursos que instituíram tal objeto. Ao analisar o *Editais de Convocação 2010*, pude perceber que os livros de alfabetização que tiverem em sua base metodológica um discurso baseado nos métodos tidos como tradicionais (sintético, analítico ou mistos) e textos típicos das “antigas cartilhas” (reconhecidos como pseudotextos, em que a unidade silábica ou a letra regia a estrutura trabalhada, sem relação com os gêneros do cotidiano) terão poucas chances de aprovação, logo não serão distribuídos gratuitamente pelo Governo Federal para as escolas. Dessa mesma forma, os professores que trabalham com uma metodologia que contemple os métodos denominados de tradicionais não poderão optar por um material dentro da sua forma de trabalhar, ficando com suas opções de escolha restringidas.

Por outro lado, percebi que os livros de alfabetização que tiverem por referência métodos tidos como inovadores (embasados no construtivismo e no letramento) receberão chancela do PNL 2010. Como o professor é obrigado a adotar um livro e distribuir a seus alunos, ele acaba sendo subjetivado a mudar seus procedimentos de trabalho em prol de uma metodologia defendida pelo MEC. Assim, mesmo que implicitamente, pode-se identificar uma ordem discursiva que se firma na sociedade brasileira atual e que elege o uso de uma forma de alfabetizar, legitimando saberes e subjetivando os envolvidos com as práticas escolares.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

MARZOLA, Norma R. Alfabetização: o discurso dos métodos. In: LAMPERT, Ernani (org). *O ensino sob o olhar dos educadores*. Pelotas: Seiva, 2003. p. 209-220.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. Leitura e produção textual: novas idéias numa velha escola. In: *Em aberto*. Brasília, Ano X, n. 52, out./dez.1991.p. 54-63.

STREET, Brian. *Literacy: an advanced resource book*. London; New York: Routledge, 2008.

TERZI, Sylvia Bueno. A oralidade e a construção da leitura por crianças de meios iletrados. In: KLEIMAN, Ângela B. (org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995. p. 91-117.

TRINDADE, Iole Maria Faviero. *A invenção de uma nova ordem para as cartilhas: ser maternal, nacional e mestra*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004 a.

_____. Invenção de múltiplas alfabetizações e (na) alfabetismos. In: *Educação de jovens e adultos, letramento e formação de professores*. Revista Educação & Realidade. Porto Alegre: Faculdade de Educação/UFRGS. v.29, n.2, jul./dez. 2004b, 125-142.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault & a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Documento Analisado

BRASIL, Edital de Convocação para Inscrição no Processo de Avaliação e Seleção de Obras Didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2010. Disponível em <http://WWW.abrelivros.org.br/abrelivros/texto.asp?id=2890>. Acesso em 05/05/2009.